



ESTADO DO CEARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DA CAPITAL

ATA DE REUNIÃO

LOCAL: PGJ – AUDITÓRIO CENTRAL

DATA: 12/03/2010

HORÁRIO: 9:00h

PRESENTES:

Dr. Francisco Xavier Barbosa Filho (4ª PJJECC)

Dra. Lílian Albuquerque Sales de Lucena (5ª PJJECC)

Dr. Francisco Wilson Gonçalves (7ª PJJECC)

Dra. Valeska Nedefh do Vale (Vice-Secretária Executiva / 9ª PJJECC)

Dr. Saulo Moreira Neto (11ª PJJECC)

Dra. Sônia Maria Medeiros Bandeira (12ª PJJECC)

Dra. Antônia Lima Sousa (13ª PJJECC)

Dr. João de Deus Duarte Rocha (14ª PJJECC)

Dr. Francisco Leitão Moura (15ª PJJECC)

Dra. Roberta Coelho Maia Alves (16ª PJJECC)

Dr. Francisco Edson de Sousa Landim (17ª Promotoria do JECC)

Dra. Maria do Socorro Costa Brilhante (Secretária Executiva e 19ª Promotoria do JECC)

Dra. Ann Celly Sampaio Cavalcante (20ª Promotoria do JECC)

Aos doze (12) dias do mês de março do ano de 2010, às 9:00 horas, no Auditório Central da Procuradoria-Geral de Justiça, teve lugar a reunião mensal das Promotorias de Justiça de Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza, atendendo ao comando legal das disposições do Art. 67, I, da Lei Complementar nº 72/08 (Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará), onde se achavam presentes os Promotores de Justiça acima mencionados. Iniciados os trabalhos, a Secretária Executiva, Dra. Maria do Socorro Costa Brilhante, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. O Dr. Francisco Edson de Sousa Landim informou que o Dr. Alfredo Leonel Chaves, titular da 1ª PJECC, através de contato telefônico, justificou sua ausência na reunião. Em seguida, a Dra. Socorro Brilhante justificou a não realização de reuniões nos meses de novembro a fevereiro, em razão de suas férias e de outros eventos ocorridos na PGJ naquele período. Em seguida, a Secretária Executiva informou a todos que, em breve, a SEJE será transferida para um novo prédio localizado na Rua 25 de Março, Centro, juntamente com outros setores da PGJ. Passou-se, então, à discussão dos assuntos inseridos na pauta: ITEM 1 - Leitura, discussão e aprovação da Ata da reunião anterior: a ata da reunião anterior, ocorrida no dia 23 de outubro de 2009, foi submetida aos Promotores de Justiça, sendo aprovada à unanimidade. ITEM 2 - Apresentação do Plano de Atuação da Secretaria Executiva relativo ao ano de 2010: a Dra. Socorro Brilhante, inicialmente, ressaltou que o Plano de Atuação que se apresenta não deve ser apenas interesse da SEJE, mas sim de todos os Promotores de Justiça dos Juizados Especiais. Em seguida, procedeu a leitura do Plano de Atuação da SEJE para o ano de 2010, detalhando todos os itens, da seguinte forma: **META 1 – Apoiar a realização do II Seminário das Promotorias de Justiça de Juizados Especiais Cíveis e Criminais, em parceria com a ESMP:** sobre essa meta, a Secretária Executiva registrou que o evento ocorreu nos dias 25 e 26 de fevereiro na PGJ. A Dra. Antônia Lima frisou a importância dos temas debatidos na ocasião e ressaltou o sucesso do evento; **META 2 – Implementar a reestruturação das PJECC, em conformidade com o Projeto de “Estruturação das Promotorias de Justiça que efetuam atendimento ao público”, previsto no Planejamento Estratégico 2008-2011:** após a leitura desta meta, a Dra. Ann Celly Sampaio afirmou que este item encontra-se descrito no Projeto de “Estruturação das Promotorias de Justiça que efetuam atendimento ao público”, para o qual existe uma Comissão designada por Portaria, formada pelo Promotor de Justiça, Dr. Antônio Iran Coelho Sório (Presidente), e os seguintes servidores: Silvinny de Melo Barros e Narjara Soares Magalhães (Apoio Técnico), e que na época esta Comissão elaborou o referido Projeto. Especificamente sobre a reestruturação física das Promotorias de Justiça de JECC, o Dr. João de Deus Duarte Rocha e o Dr. Saulo Moreira ressaltaram que no ano de 2009 houve uma reunião com a Dra. Socorro França, para definições

sobre o assunto, porém a solicitação ficou suspensa por falta de verbas. A Dra. Socorro Brilhante afirmou que é ciente da dificuldade de execução da reestruturação física das Promotorias de JECC, mas acredita que os colegas devem unir esforços visando à concretização desse objetivo, motivo pelo qual sugere, no Plano de Atuação, a formação de uma Comissão que, junto à Procuradora-Geral de Justiça, buscará meios para viabilizar a reestruturação física dos espaços destinados às Promotorias de Justiça de JECC, sendo, inclusive este o ITEM 3 da pauta. Nesse momento, os Promotores de Justiça presentes indicaram os seguintes Membros para compor a Comissão: Dr. Antônio Iran Coelho Sírío, Dra. Maria do Socorro Costa Brilhante, Dra. Valeska Nedehf do Vale e Dra. Ann Celly Sampaio. Ainda sobre a reestruturação física das Promotorias de JECC, a Dra. Socorro Brilhante informou que já solicitou ao Arquiteto da PGJ, Sr. Edwin Benes Rolim, a elaboração de um Parecer conclusivo, com a apresentação das possibilidades de reforma mobiliária, apontando vantagens e desvantagens de cada hipótese, já que o mesmo profissional apresentou, em 2009, um Relatório Técnico de Vistoria da atual Estrutura Física das Promotorias de Justiça dos JECC. Acrescentou a Secretária Executiva que, logo após o recebimento do referido Parecer do Arquiteto, irá informar aos demais Promotores da Comissão formada neste ato, para que possam reunir-se e discutir o assunto. Em seguida, o Dr. Francisco Xavier Barbosa Filho afirmou que o espaço reservado à 3ª Promotoria de Justiça Auxiliar, localizada no interior da Faculdade Farias Brito, é muito reduzido, dificultando, inclusive, o atendimento ao público, motivo pelo qual sugeriu a realização de uma reunião com o Diretor daquela instituição, visando à ampliação do espaço. A Dra. Antônia Lima Sousa e a Dra. Valeska Nedehf do Vale também registraram o reduzido espaço das Promotorias de Justiça onde trabalham. Quanto à carência de equipamentos nas Promotorias de Justiça, os presentes foram informados da necessidade de oficiar os pedidos à SEJE, para que, na medida do possível, sejam sanadas as deficiências; **META 3** - *Oferecer aos Promotores de Justiça e funcionários lotados nas PJECC, em parceria com a ESMP e com a DOI/PGJ, treinamento presencial sobre o Programa Informatizado para padronização do atendimento ao público (Sistema Argos):* a Dra. Socorro Brilhante ressaltou a importância da padronização dos procedimentos extrajudiciais nas Promotorias de Justiça e, daí, a necessidade de um treinamento presencial sobre o Sistema Argos. Os Promotores de Justiça concordaram com a ideia exposta e disseram que têm interesse em também participar do treinamento. O Sr. Wladimir Maia Furtado, Diretor de Organização e Informática (DOI), foi convidado a participar da reunião para discorrer sobre o Sistema Argos. Logo de início, expôs a importância e as vantagens do Sistema, o qual funciona através da Internet, sendo esta, entretanto, na maioria dos casos, muito lenta, o que dificulta, mas não impossibilita, sua utilização. Acrescentou

que o custo para investimento em relação a aumento de velocidade é bem elevado, mas afirmou que a PGJ já aderiu ao Gigafor, rede de alta velocidade que possibilita o uso de aplicações avançadas e a troca de grande volume de dados interligando as principais instituições do Governo Estadual na Capital. Especificamente nas Promotorias de Justiça de JECC, a rede utilizada é a do Tribunal de Justiça, que também irá entrar na Gigafor, beneficiando as referidas Promotorias. Quanto ao treinamento presencial do Sistema Argos, sugerido pela Secretária Executiva, o Diretor de Organização e Informática afirmou que é do total interesse da DOI, pois é um dos objetivos da PGJ que todos os setores passem a utilizar o Argos. Ao final da discussão desse tópico, os Promotores de Justiça definiram que o melhor local para a realização desse treinamento é a ESMP, às sextas-feiras, através de divisão em turmas, devendo o instrutor ser um funcionário da DOI/PGJ, com a aplicação de casos práticos, visando a uma melhor fixação das ferramentas oferecidas pelo Sistema. A Dra. Socorro Brilhante afirmou que irá officiar à ESMP e à DOI para definirem datas e horários para realização do treinamento. A Dra. Lílian Albuquerque Sales de Lucena sugeriu que fosse solicitada a visita de um técnico do Setor de Informática em todas as PJECC, para verificar a eficiência dos equipamentos. Outros Promotores, porém, afirmaram que, visando à contenção de gastos, seria melhor que, após o treinamento, caso algum Promotor ou funcionário encontre empecilhos para a utilização do Sistema é que deverá solicitar a visita de um técnico. Com essa discussão, ficou definido o ITEM 6 da pauta; **META 4 - Oferecer aos Membros e funcionários lotados nas PJECC, curso de capacitação sobre Atendimento ao Público:** sobre essa meta, a Dra. Socorro Brilhante enalteceu a importância da capacitação dos funcionários quanto ao atendimento ao público. A Dra. Antônia Lima Sousa acrescentou que o principal é treinar funcionários e estagiários para a abordagem inicial, momento em que a pessoa que está buscando o atendimento se sentirá bem acolhida na Promotoria de Justiça. A Dra. Ann Celly Sampaio disse que isso é importante até mesmo para atender uma ligação telefônica e o Dr. Francisco Edson de Sousa Landim afirmou que acha imprescindível uma apresentação inicial no início do atendimento. Os Promotores de Justiça concordaram que os funcionários lotados nas PJECC precisam ter perfil para atender ao público. Os Promotores de Justiça indicaram, para ser instrutor do curso, o Dr. Francisco Edson de Sousa Landim, que, na ocasião, e informou que, em breve, lançará um Manual sobre Atendimento ao Público; **META 5 - Efetuar maior controle em relação aos serviços dos motoqueiros responsáveis pela realização de diligências:** a Dra. Socorro Brilhante informou que os motoqueiros oficiaram à SEJE, solicitando aumento de carga horária. No entanto, no momento, não se sabe a real necessidade desse aumento, tendo em vista que as produções mensais que são enviadas à SEJE

são informações que partem dos próprios motoqueiros, dificultando o controle do trabalho por eles desenvolvido. Como sugestão, apresentou um novo formulário para envio da produção mensal, através do qual cada Promotoria de Justiça enviaria o resultado das atividades mensais do motoqueiro correspondentes a sua área. Os Promotores de Justiça acataram a sugestão apresentada pela Secretária Executiva, ficando estabelecido que cada Promotoria de Justiça enviará mensalmente, por Ofício, o novo formulário preenchido, até o dia 10 de cada mês, com início em maio de 2010, através dos dados colhidos a partir de abril/2010. Desse modo, ficou superado o ITEM 5 da pauta; **META 6** - *Atualizar permanentemente o link eletrônico da SEJE existente no site da PGJ-CE*: a Dra. Socorro Brilhante expôs a necessidade de atualização do *link* da SEJE, tendo em vista a existência de várias informações defasadas e, ainda, pela possibilidade de transformar o *link* em uma ferramenta de apoio aos Promotores de Justiça, com a inserção de Artigos, Jurisprudências, Pareceres etc, voltados para os assuntos de Juizados Especiais. Os Promotores de Justiça apoiaram a ideia, tendo a Dra. Antônia Lima Sousa sugerido a inserção de informações sobre Direito Ambiental, no que se refere aos delitos ambientais de menor potencial ofensivo, inclusive com jurisprudência. A Dra. Socorro Brilhante informou que irá oficiar ao CAOMACE, solicitando o material indicado. Os Promotores de Justiça solicitaram, ainda, que fossem inseridos julgados que abordem pontos polêmicos da Lei nº 9.099/95, como, por exemplo, sobre a possibilidade ou não de oferecimento de transação penal para os delitos de ação penal privada. Com isso, ficou encerrada a discussão do ITEM 8 da pauta; **META 7** - *Reunir o Grupo de Trabalho formado na reunião do dia 23/10/2009, conforme ata já aprovada, para planejar e desenvolver ações no sentido de combater a poluição sonora na Capital*: nesse momento, foi mencionada a questão da elaboração de TCO pela Polícia Militar Ambiental. Os Promotores de Justiça apontaram vantagens e desvantagens sobre essa proposta, tendo o Dr. Francisco Xavier Barbosa Filho afirmado que é preciso tomar algumas cautelas, tais como: a CPMA teria acesso ao Sistema Integrado de Polícia (SIP) para inserir a informação de que aqueles TCO estão sendo lavrados? Quem elaboraria o TCO, qualquer policial militar que atendesse a ocorrência ou apenas um Oficial? Os Promotores de Justiça entenderam que é interessante que a Procuradora-Geral de Justiça se pronuncie sobre o assunto, motivo pelo qual a Dra. Socorro Brilhante afirmou que irá oficiar em relação a essa solicitação. **META 8** - *Compor quadro de estagiários*: a Dra. Socorro Brilhante informou que a seleção de estagiários já está em sua fase final e que, inclusive, já oficiou ao Núcleo Gestor de Estágio solicitando que, logo após a conclusão da “I Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado do Ceará”, sejam designados 20(vinte) estagiários do Curso de Direito para exercerem suas atividades perante as Promotorias de

Justiça de Juizado Especial Cível e Criminal da Capital, tendo obtido a resposta, ainda informal, de que haverá um estagiário para cada Promotoria de JECC, ficando superado o ITEM 7 da pauta. Passou-se, então, a discussão do ITEM 4 da pauta: foi distribuída aos Promotores de Justiça cópia do parecer emitido pela Procuradora-Geral de Justiça em resposta à solicitação dos Promotores de Justiça de JECC no que diz respeito à realização de audiência no Juizado Especial sem a presença do Juiz de Direito. Os presentes analisaram o parecer e constataram que a Procuradora-Geral manifestou-se em conformidade com o entendimento dos Promotores que atuam em Juizado, ou seja, no sentido da inadmissibilidade da realização de audiência no Juizado Especial sem a presença do juiz. A Dra. Valeska Nedehf do Vale ressaltou que em outra oportunidade já foi solicitado que a Procuradora-Geral consultasse o CNJ, porém até hoje não tem conhecimento se essa consulta foi ou não realizada e, em caso afirmativo, qual o seu resultado. Portanto, todos os Promotores de Justiça presentes solicitaram que fosse oficiado à Procuradora-Geral de Justiça para que o CNJ e o CNMP sejam consultados sobre a matéria. Quanto aos assuntos gerais, ITEM 9 da pauta, a Dra. Valeska Nedehf do Vale informou que está respondendo na Promotoria de Justiça da 6ª UJECC, onde vem enfrentando algumas dificuldades em relação aos dias e horários para designar audiências, tendo em vista a incompatibilidade dos seus horários com os da Juíza e do Defensor Público. Os demais Promotores de Justiça presentes entenderam que a melhor forma de solucionar o problema exposto é através do Dr. Antônio Iran Coelho Sírio, que, além de Secretário Geral, é também o titular da Promotoria de Justiça da 6ª UJECC. O Dr. Francisco Xavier Barbosa Filho sugeriu que os Promotores de Justiça oficiem à SEJE sempre que as audiências preliminares deixarem de se realizar por ausência do Defensor Público, para que sejam tomadas as providências cabíveis. Foi sugerida também a realização de um levantamento para se saber quais os Juizados Especiais em que há Defensor Público atuando. Finalmente, a Dra. Socorro Brilhante indagou aos demais Promotores de Justiça sobre as datas para realização das próximas reuniões da SEJE, ficando definido que ocorrerão na última sexta-feira de cada mês. Nada mais havendo a tratar na reunião, a Dra. Socorro Brilhante agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião com o registro do aniversário da Dra. Antônia Lima de Sousa e da Dra. Sônia Maria Medeiros Bandeira, que foram parabenizadas pelos colegas. Em seguida, foi determinado o encerramento da presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Francisco Arnaldo Alves Júnior, a digitei.